

### AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

# **CONGRESSO NACIONAL**

#### Plenário - 26/04

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira (26), ao meio-dia, para analisar uma pauta extensa com 26 vetos e projetos de lei que abrem espaço para o reajuste de servidores e o pagamento do Bolsa Família e do piso da enfermagem. Além desses itens, há expectativa sobre a leitura do requerimento que pede a instalação da CPI mista para investigar as invasões ocorridas em 8 de janeiro, quando os prédios dos três Poderes foram depredados. Marcada para o meio-dia, esta será a primeira sessão conjunta para votação de proposições neste ano.

#### **SENADO FEDERAL**

#### Plenário - 25 a 27/04

O Plenário do Senado Federal agendou sessões na pauta da semana e entre os projetos, destaca-se o PLC 49/2018, que Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais – 25/04 – 09h– Plenário 15

Ouvir o Ministro de Estado Wellington Dias do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para informar sobre as ações da respectiva pasta ministerial.

Tel.: 55 (61) 3201-9025 Fax: 55 (61) 3201-9023



# Comissão de Segurança Pública – 25/04 – 10h – Plenário 09

Audiência pública p Projeto de Lei nº 1496 de 2021, que "altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados". Entre os convidados, destacam-se:

- Mauro Pereira Martins, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça - CNJ);
- Ronaldo Carneiro da Silva Júnior, Coordenador do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos:
- Fabiana Costa Oliveira Barreto, Promotora de Justiça e Coordenadora de Recursos Constitucionais da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT.

# Comissão de Constituição e Justiça - 26/04 - 10h- Plenário 03

**ITEM 1 – PL 2969/2022**, que dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou parecer Favorável ao Projeto.

**ITEM 4 – PL 3283/2021**, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, Senador Jorge Kajuru, ainda irá apresentar seu parecer.

**ITEM 8 – PEC 10/2022**, que altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

A relatora, Senadora Daniella Ribeiro, apresentou parecer favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo.

SAF Sul quadra 04 conjunto C bloco B sala 113/114 - Cep: 70.070-600 - Brasília (DF)
Tel.: 55 (61) 3201-9025 Fax: 55 (61) 3201-9023



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Plenário - 25 a 27/04

A pauta ainda não foi disponibilizada. Todavia, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reafirmou que o projeto sobre o combate às fake news (PL 2630/20) será incluído na pauta de votações desta semana. O relator do PL das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), está negociando o texto com as lideranças e o governo. Os deputados deverão analisar o requerimento de urgência – que permite a inclusão do texto na ordem do dia e depende do aval de 257 deputados – para então votar o texto. No ano passado, a urgência foi rejeitada por 7 votos.

Ainda de acordo com o presidente da Câmara, ele disse ainda deverão ser discutidos projetos que querem anular os decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para revisar o marco regulatório do saneamento.

Comissão de Constituição e Justiça - 25/04, às 14h e 26 e 27/04, às 10h - Plenário 1

**ITEM 11 – PEC 9/2023**, que "altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais". O relator, Diego Coronel, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.



# Comissões de Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e de Legislação Participativa – 25/04 – 15h – Plenário 1

Audiência sobre violações contra os povos indígenas durante a ditadura militar. Foram convidados:

- Marcelo Zelic, representante da Comissão de Justiça de Paz de São Paulo e idealizador do Armazém Memória;
- Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República;
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
- Joenia Wapichana, Presidenta da FUNAI;
- Kléber Karipuna, Cooordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; (APIB).

## Comissão de Agricultura - 26/04 - 10h - Plenário 06

Audiência com Comparecimento do Ministro Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

#### Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - 26/04 - 10h - Plenário 09

Comparecimento do Ministro Carlos Lupi, Ministério da Previdência Social, para tratar de temas relacionados a pasta para 2023.

#### Comissão de Direitos Humanos - 26/04 - 14h - Plenário 14

Audiência sobre recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Entre os convidados, destacam-se:

- Sílvio Almeida, Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
- André Carneiro Leão, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos;



- Eneá Stutz e Almeida, Presidente da Comissão de Anistia;
   Eugênia Augusta Gonzaga, Procuradora Regional da República e representante da
   Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal;
- Nilmário Miranda, Chefe da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.